

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ACOMPANHAMENTO JURÍDICO ESPECIALIZADO E VOCACIONADO PARA O CONTENCIOSO

contrato escrito n.º 54/2024

Aos trinta dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e quatro, é celebrado o presente contrato entre:
Primeiro – Município da Lousã, pessoa coletiva número 501 121 528, com sede na Rua
Dr. João Santos, na Lousã, representado pelo seu Presidente de Câmara, com poderes
para o ato, Luís Miguel Correia Antunes,
, com
domicílio profissional na Rua Dr. João Santos, 3200-953 Lousã, como Primeiro Outorgante ;
Segundo - Castanheira, Almeida, Pereira, Mateus Ferreira & Associados, SP RL., com o
número de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória no Registo Comercial
502 737 808, com sede na Rua João de Ruão, n.º 12, 1.º andar, Edifício do Arnado,
Escritórios 5 e 6, 3200-226 COIMBRA, neste ato devidamente representada por Joaquim
Miguel da Cruz Gomes,
e Luís Filipe Carvalho Pereira , portador do
, com poderes para o ato, nos termos da certidão dos registos de inscrição
averbamentos n.º 32/92 de "Castanheira, Almeida, Pereira, Mateus Ferreira &
Associados – Sociedade de advogados, SP, RL", adiante designada por Segundo
Outorgante;
o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal datado de vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, após consulta prévia, foi adjudicado à representada do segundo outorgante, a prestação de serviços para o acompanhamento jurídico especializado e vocacionado para o contencioso, em conformidade com a proposta e caderno de encargos, documentos que fazem parte integrante do presente contrato

e aprovada a minuta do contrato. -----



O valor total da adjudicação é EUR. 59.940,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e
quarenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, no montante de EUR. 13.786,20
(treze mil setecentos e oitenta e seis euros e vinte cêntimos), o que perfaz um montante
global de EUR. 73.726,2 (setenta e três mil, setecentos e vinte e seis euros e vinte
cêntimos)

CLÁUSULA TERCEIRA

A prestação de serviços, objeto do presente contrato, vigorará pelo período de 36 (trinta e seis) meses. -----

CLÁUSULA QUARTA

O contrato tem por objeto a prestação de serviços para o acompanhamento jurídico especializado e vocacionado para o contencioso, incluindo expressamente todas as atividades mencionadas na cláusula 2.ª do caderno de encargos e demais termos previstos na mesma peça do procedimento. ------

CLÁUSULA QUINTA

O pagamento do serviço será realizado, mensalmente, nos termos da proposta do adjudicatário e da cláusula 6.º do caderno de encargos. -----

CLÁUSULA SEXTA

Os Primeiro e Segundo outorgantes aceitam o presente contrato nos termos supra expostos e respetivas cláusulas, bem como nos termos do caderno de encargos e da proposta apresentada, documentos que aqui se dão por inteiramente reproduzidos nos seus precisos termos e se consideram como fazendo parte integrante deste contrato. --

O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela seguinte dotação orçamental: classificação orgânica: 02; classificação económica: 020214. ------

A despesa tem o número sequencial de compromisso (Lei 8/2012) 38635. ------

Em cumprimento do artigo 290.º A do Código da Contratação pública, foi designado gestora do contrato , a exercer funções de Chefe de Divisão na edilidade.

O presente contrato não está sujeito a visto do Tribunal de Contas face ao valor fixado no n.º 1 do artigo 48.º da lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual. -----

Foram, ainda, apresentados pela Segunda Outorgante e juntos ao presente instrumento jurídico os seguintes documentos: -----

a) Certidão dos Registos de Inscrição e Averbamentos de Sociedades de Advogados "Castanheira, Almeida, Pereira, Mateus Ferreira & Associados, SP RL."; ------

b) Comprovativo do registo de beneficiário efetivo no RCBE submetida em 03 de
novembro de 2023;
c) Certidão do registo n.º 32/92 da Ordem dos Advogados;
d) Certificados de Registo Criminal da entidade adjudicatária e dos respetivos
administradores;
e) Declaração emitida pela segurança social, em quinze de maio de dois mil e vinte e
quatro, nos termos da qual a entidade adjudicatária tem a sua situação contributiva
regularizada perante a Segurança Social;
f) Certidão do Serviço de Finanças de Cimbra-2 datada de sete de agosto de dois mil e
vinte e quatro, nos termos da qual entidade adjudicatária tem a sua situação tributária
regularizada;
g) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-lei n.º
O 1.º OUTORGANTE LUIS MIGUEL CORREIA ANTUNES Dados: 2024.08.30 16:23:17 +01'00'
Luis Miguel Correia Antunes
O 2.° OUTORGANTE Assinado de forma digital por Joaquim Cruz Gomes Dados: 2024.09.04 14:28:59 +01'00'
Joaquim Miguel da Cruz Gomes
Assinado de forma digital por Luis Filipe Pereira Dados: 2024.09.04 14:29:26 +01'00'
Luís Filipe Carvalho Pereira